

CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados  
Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

Nota Técnica Conjunta  
n.º 09, de 2005

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO  
CUMPRIMENTO DA META DE  
SUPERÁVIT PRIMÁRIO NO PRIMEIRO  
QUADRIMESTRE DE 2005**

**Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais  
(Câmara dos Deputados)**

*Flávio Leitão Tavares  
José Fernando Cosentino Tavares  
Márcia Rodrigues Moura*

**Grupo de Política Fiscal  
(Senado Federal)**

*Maria Liz de Medeiros Roarelli*

Junho/2005

Endereços na Internet: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/> e <http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/>  
e-mails: [conof@camara.gov.br](mailto:conof@camara.gov.br) e [conorf@senado.gov.br](mailto:conorf@senado.gov.br)

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e as Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

## I – SOBRE O RELATÓRIO

Para atender o art. 9º da LRF (§ 4º) e o art. 16 da LDO<sup>1</sup>, o Executivo enviou ao Congresso Nacional (Mensagem nº 51, de 2005-CN) relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais (PDG) das empresas estatais federais do primeiro quadrimestre de 2005. Dados sobre o desempenho das estatais constam do Relatório de forma global.

A meta estabelecida pela LDO é anual. A referência ao cumprimento de metas quadrimestrais está na LRF. Por força do que regula a LDO, essas metas são estabelecidas no decreto de programação financeira

## II – CUMPRIMENTO DA META DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

A meta do primeiro quadrimestre foi estabelecida no Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, e suas alterações afetaram apenas as metas dos quadrimestres seguintes.

Esse Decreto fixou para o primeiro quadrimestre meta de R\$ 26,2 bilhões, dos quais superávit de R\$ 27,1 bilhões<sup>2</sup> relativos ao governo central e déficit de R\$ 0,9 bilhão para as estatais não financeiras.

A LDO de 2005 permitiu, pela primeira vez, que despesas selecionadas (Projeto Piloto) fossem excluídas do superávit para efeito de cumprimento da meta fiscal, de tal sorte que a meta em análise é de R\$ 27 bilhões. A LDO também previu a compensação entre as metas do governo federal e suas estatais.

O realizado, conforme Tabela na página seguinte, que já exclui da meta o Projeto Piloto, foi de superávit de R\$ 32,9 bilhões, dos quais R\$ 31,5 bilhões dos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 1,4 bilhão das estatais<sup>3</sup>. Em síntese, a meta foi cumprida com folga de R\$ 5,9 bilhões, ou 22% acima do projetado para o período, devendo-se R\$ 2,3 bilhões ao desempenho das estatais federais, que tiveram superávits, quando o esperado era déficit.

Cabe observar que, se o realizado fosse comparado à meta incluindo o Projeto Piloto, o desvio seria ainda maior (R\$ 6,7 bilhões), uma vez que até o encerramento do quadrimestre nada havia sido pago desses investimentos, e menos de 14% do total havia sido empenhado.

---

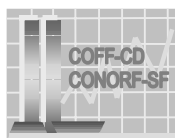
<sup>1</sup> Diz o artigo 16: “A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2005, a aprovação e a execução da respectiva lei devem ser compatíveis com a meta de superávit primário em percentual do Produto Interno Bruto - PIB, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante do Anexo IV desta Lei

*§ 1º Na elaboração, aprovação e execução dos orçamentos poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para o Programa de Dispendios Globais de que trata o art. 11, inciso VI, desta Lei.*

*§ 2º Para fins da realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar no 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de até 3 (três) dias antes da referida audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas adotadas.”*

<sup>2</sup> No Anexo X do Decreto nº 5.379/05 a meta das estatais saiu incorreta (ver Anexo IX) e consequentemente também o resultado do Governo Central. Não houve correção formal.

<sup>3</sup> O resultado das estatais federais divulgado pelo Banco Central foi de R\$ 772 milhões. A divulgação do Tesouro Nacional inclui ajuste metodológico de Itaipu de R\$ 660,2 milhões. Ver pag. 7, item 26, do Relatório.

RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS, 2005<sup>1</sup>

(Em R\$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	Exercício de 2005				Até o 1º Quadrimestre de 2005			
	LOA	Dec. 5.379	Dec. 5.463	Desvio	Dec. 5.379	Realizado	Desvio	
	(A)	(B)	(C)	(C) - (B)	(D)	(E)	(E) - (D)	(E) / (D)
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>374,8</b>	<b>361,8</b>	<b>368,2</b>	<b>6,4</b>	<b>120,6</b>	<b>125,8</b>	<b>5,2</b>	<b>4,3%</b>
1.1 Administrada pela SRF	322,9	315,7	322,1	6,4	102,5	108,3	5,8	5,7%
1.2 Receitas Não Administradas	49,7	43,6	43,5	-0,1	17,4	16,9	-0,5	-3,3%
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2,2	2,6	2,6	0,0	0,7	0,6	-0,1	-7,6%
<b>2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>78,3</b>	<b>74,0</b>	<b>76,3</b>	<b>2,3</b>	<b>24,6</b>	<b>25,8</b>	<b>1,2</b>	<b>4,8%</b>
2.1 FPE/FPM/PI Est. Exp.	60,1	57,7	60,5	2,8	19,6	20,6	1,0	5,3%
2.2 Demais	18,2	16,3	15,8	-0,5	5,0	5,2	0,2	2,6%
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1 - 2)</b>	<b>296,4</b>	<b>287,8</b>	<b>291,9</b>	<b>4,1</b>	<b>96,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,1</b>	<b>4,2%</b>
<b>4. DESPESAS</b>	<b>216,8</b>	<b>203,4</b>	<b>206,9</b>	<b>3,5</b>	<b>59,3</b>	<b>58,9</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,6%</b>
4.1 Pessoal	91,3	91,3	92,0	0,7	28,2	28,6	0,4	1,7%
4.2 Outras Correntes e de Capital	125,4	112,0	114,9	2,9	31,1	30,3	-0,8	-2,7%
4.2.1 Não Discricionárias	34,1	36,2	38,3	2,1	10,2	9,8	-0,4	-4,3%
4.2.2 Discricionárias - LEJU + MPU	4,6	4,6	4,3	-0,3	1,2	1,2	0	-2,6%
4.2.3 Discricionárias - Poder Executivo	84,6	68,7	69,7	1,0	19,0	18,7	-0,3	-1,6%
4.2.4 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	2,2	2,6	2,6	0,0	0,7	0,6	-0,1	-7,6%
<b>5. RESULTADO DO TESOUREIRO</b>	<b>79,7</b>	<b>84,5</b>	<b>85,0</b>	<b>0,5</b>	<b>36,6</b>	<b>41,1</b>	<b>4,4</b>	<b>12,0%</b>
<b>6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA</b>	<b>-32,3</b>	<b>-37,8</b>	<b>-38,9</b>	<b>-1,1</b>	<b>-8,8</b>	<b>-10,6</b>	<b>-1,8</b>	<b>20,8%</b>
6.1 Arrecadação Líquida do INSS	107,7	105,4	106,6	1,2	32,8	32,3	-0,5	-1,5%
6.2 Benefícios da Previdência	140,0	143,2	145,5	2,3	41,6	42,9	1,3	3,2%
<b>7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA (*)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	
<b>8. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7)</b>	<b>47,3</b>	<b>46,7</b>	<b>47,0</b>	<b>0,3</b>	<b>27,9</b>	<b>31,5</b>	<b>3,6</b>	<b>13,0%</b>
<b>9. RESULTADO PRIMÁRIO DAS ESTATAIS FEDERAIS</b>	<b>13,5</b>	<b>15,1</b>	<b>15,2</b>	<b>0,1</b>	<b>-0,9</b>	<b>1,4</b>	<b>2,3</b>	
<b>10. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (8+9)</b>	<b>60,8</b>	<b>61,8</b>	<b>62,1</b>	<b>0,3</b>	<b>27,0</b>	<b>32,9</b>	<b>5,9</b>	<b>22,0%</b>
<b>Memorando</b>								
Projeto Piloto	2,8	2,8	2,8	0,0	0,8	0,0	-0,8	-100,0%

Fonte: Mensagem ao Congresso Nacional nº 51/2005.

1) Exclui despesas referentes às ações do Projeto Piloto.

(\*) Diferença entre o apurado pelo Banco Central "abaixo da linha" e os dados apurados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A questão do Projeto Piloto<sup>4</sup> ganha ainda mais relevância no momento em que se discute a LDO para 2006. O Projeto de LDO prevê novamente um rol de despesas selecionadas cujo valor será deduzido da meta primária. Ocorre que em 2005 não puderam ser apreciadas pelo Parlamento e estão tendo execução privilegiada, em detrimento de outros investimentos cuja prioridade foi discutida pela Casa. Seria importante assegurar ao menos que esses projetos, caso continuem a gozar das mesmas prerrogativas, sejam de fato executados e que obrigatoriamente reduzam o superávit do exercício.

O Relatório informa que o excesso de superávit no quadrimestre deverá ser absorvido nos meses seguintes. Em seguida tece considerações sobre os desvios de receitas e despesas em relação ao projetado e não apresenta medidas corretivas por entender a meta como piso, tendo sido, portanto, plenamente atingida.

### III – A EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT DO SETOR PÚBLICO

As metas de resultado fiscal anunciadas no início do exercício são sistematicamente ultrapassadas. A ultrapassagem dessas metas ocorreu em 2002, quando era de 3,75% do PIB para o setor público consolidado e o resultado atingiu o equivalente a 3,9% do PIB; em 2003, quando a meta de superávit primário foi majorada de 3,75% do PIB para 4,25% do PIB por decisão da qual o Congresso não participou, e foi cumprida, apesar do crescimento real pífio do PIB naquele ano;

<sup>4</sup> Ver a esse respeito, e outros assuntos pertinentes, Nota Técnica Conjunta nº 08 das Consultorias, Cenário Econômico-Fiscal no Projeto de LDO para 2006.

novamente em 2004, quando o superávit primário do setor público consolidado, segundo estimativa preliminar, foi de 4,6% do PIB, contra 4,25% do PIB previstos na LDO.

Situação essa que parece estar se repetindo em 2005, já que o superávit primário do setor público foi de 7,3% do PIB no primeiro quadrimestre. Esse foi o resultado mais alto acumulado em abril em toda a série desde 1999, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

Resultados Fiscais do 1º Quadrimestre, 1999-2005 <sup>(1)</sup>							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<u>(Em R\$ milhões correntes)</u>							
Resultado Nominal	21 904	8 868	3 784	9 926	18 559	8 831	7 171
Governo central	10 805	4 487	814	4 574	5 472	509	4 712
Empresas estatais federais	- 111	-2 038	-2 227	2 811	175	- 824	536
Governos regionais	11 210	6 419	5 197	2 540	12 912	9 146	1 923
Juros nominais	32 692	26 143	27 043	30 446	51 242	41 260	51 183
Governo central	19 369	15 134	14 882	21 805	30 560	26 049	36 859
Empresas estatais federais	597	250	90	- 396	472	-1 867	1 308
Governos regionais	12 726	10 758	12 070	9 037	20 210	17 078	13 016
Resultado Primário	-10 788	-17 275	-23 259	-20 520	-32 683	-32 429	-44 012
Governo central	-8 564	-10 648	-14 068	-17 231	-23 492	-25 540	-32 147
Empresas estatais federais	- 708	-2 288	-2 317	3 207	- 297	1 043	- 772
Governos regionais	-1 516	-4 339	-6 874	-6 497	-7 298	-7 932	-11 093
<u>(Em % do PIB)</u>							
Resultado Nominal	7,30	2,65	1,01	2,45	3,84	1,66	1,18
Governo central	3,60	1,34	0,22	1,13	1,13	0,10	0,78
Empresas estatais federais	-0,04	-0,61	-0,59	0,69	0,04	-0,15	0,09
Governos regionais	3,74	1,92	1,38	0,63	2,67	1,72	0,32
Juros nominais	10,90	7,81	7,19	7,50	10,61	7,76	8,44
Governo central	6,46	4,52	3,96	5,37	6,33	4,90	6,08
Empresas estatais federais	0,20	0,07	0,02	-0,10	0,10	-0,35	0,22
Governos regionais	4,24	3,22	3,21	2,23	4,18	3,21	2,15
Resultado Primário	-3,60	-5,16	-6,19	-5,06	-6,77	-6,10	-7,26
Governo central	-2,86	-3,18	-3,74	-4,25	-5,20	-4,80	-5,30
Empresas estatais federais	-0,24	-0,68	-0,62	0,79	-0,06	0,20	-0,13
Governos regionais	-0,51	-1,30	-1,83	-1,60	-1,51	-1,49	-1,83
<u>Memorando</u>							
Produto Interno Bruto	299 874	334 539	376 012	405 843	482 926	531 874	606 581

Fonte: Banco Central. Elaboração da Consultoria.

<sup>(1)</sup> Não considera em 2004 e 2005 ajuste metodológico referente aos recebíveis da estatal Itaipu.

O superávit do setor público, contudo, produziu poupança fiscal insuficiente para arcar com os juros nominais do primeiro quadrimestre deste ano (8,44% do PIB). Juros dessa magnitude só foram superados em primeiros quadrimestres de 1999 e 2003. Diante de juros reais crescentes, surge a necessidade de superávits cada vez mais elevados. Resta saber qual o limite para a contenção dos gastos públicos e para a ampliação da carga tributária.

Na ausência de acordo com o Fundo Monetário Internacional, o Executivo, por meio de Nota Oficial de 29 de abril, estabeleceu metas quadrimestrais para o setor público consolidado, conforme Tabela da página seguinte. O projeto de LDO da 2006 já traz em seu texto a meta consolidada. Sugere-se que doravante as avaliações de cumprimento de meta englobem todas as esferas de governo, devendo a apresentação do Tesouro Nacional abranger o desempenho dos governos regionais.

Metas de Superávit Primário do Setor Público, por Quadrimestre de 2005

Setor Público	I Quadrimestre		II Quadrimestre		III Quadrimestre	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Consolidado	35.780,2	5,71	60.184,4	4,66	83.849,8	4,25
Governo Federal	26.910,2	4,30	46.984,4	3,64	62.147,5	3,15
Governo Central	27.800,0	4,44	39.700,0	3,07	46.955,9	2,38
Estatais Federais	(889,8)	(0,14)	7.264,4	0,56	15.191,6	0,77
Governos Regionais	8.870,0	1,42	13.200,0	1,02	21.702,3	1,10

Fonte: Nota do Ministério da Fazenda, de 29 de abril de 2005.

A propósito, em 25 de maio a diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional decidiu, por recomendação do Diretor Geral, que o Brasil fique sujeito a monitoramento "pós-programa", presumivelmente até maio de 2007, porque seus compromissos com a organização são superiores a cinco vezes sua quota.<sup>5</sup> Isso significa que a equipe do Fundo, duas vezes por ano, fará o acompanhamento da evolução da economia, incluindo o cenário macroeconômico, e discutirá com as autoridades brasileiras as medidas estruturais adotadas.

#### IV – CONTINGENCIAMENTO E DESCONTINGENCIAMENTO

O Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro, contingenciou R\$15,9 bilhões, sendo R\$ 9 bilhões de investimentos e inversões financeiras e R\$ 6,8 bilhões de custeio<sup>6</sup>. A limitação decorreu de reestimativa de receita líquida R\$ 10,9 bilhões inferior à lei orçamentária, despesas obrigatórias R\$ 5,6 bilhões maiores (com destaque para R\$ 3,2 bilhões de benefícios previdenciários) e superávit R\$ 637 milhões menor. Foram ainda mantidos em reserva orçamentária R\$ 350 milhões, e R\$ 3,2 bilhões em reserva financeira, para posterior distribuição aos órgãos.

A avaliação do primeiro bimestre (LDO, art. 72, § 6º) referendou as projeções constantes do Decreto nº 5.379 e estendeu a limitação aos demais poderes, que sofreram corte de R\$ 259 milhões em suas programações. O Decreto nº 5.449, de 25 de maio, apropriou montante correspondente nas reservas financeira e orçamentária do Executivo.

A avaliação do segundo bimestre previu receita líquida R\$ 5,3 bilhões superior ao primeiro decreto de contingenciamento. Por outro lado, estimou aumento das despesas obrigatórias em R\$ 5,1 bilhão (com destaque para R\$ 2,3 bilhões de benefícios da Previdência e R\$ 1,4 bilhão de subsídios, referente a reordenamento de passivos, incluído em outras obrigatórias). Esses e outros acertos, inclusive na necessidade de formação de superávit, levaram a que o Decreto nº 5.463, de 13 de junho, contemplasse o descontingenciamento de R\$ 773 milhões. Todo esse montante foi apropriado como reserva para posterior utilização. A Tabela na página seguinte mostra a evolução desses valores.

<sup>5</sup> Ver <http://www.imf.org/external/np/pp/eng/2005/051105.htm>. Ver ainda <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2005/pr05122.htm> e [http://www.imf.org/external/np/prsp/2005/030405.htm#P24\\_538](http://www.imf.org/external/np/prsp/2005/030405.htm#P24_538) (acesso em 25/5/05).

<sup>6</sup> Ver a respeito NTC 01/05 e NTC 02/05 das Consultorias.

ORÇAMENTO DE 2005

Contingenciamento de Despesas <sup>(1)</sup>

(Em R\$ milhão)

Item de Variação em Relação à Lei Orçamentária	Decreto nº 5.379	Decreto nº 5.463	Variações entre os dois Decretos
Redução de Previsão de Receitas Líquidas <sup>(2)</sup>	10.869,6	5.602,0	(5.267,6)
<i>Receitas Administradas SRF</i>	7.180,0	775,4	(6.404,6)
<i>Receitas Não Administradas</i>	5.743,4	5.778,4	35,0
<i>Arrecadação do INSS</i>	2.267,0	1.070,0	(1.197,0)
<i>Transferências a Estados e Municípios</i>	(4.320,7)	(6.619,6)	(2.298,9)
Redução da Necessidade de Superávit	(637,4)	(360,0)	277,4
Discrepância Estatística	-	(918,1)	(918,1)
Aumento de Despesas Obrigatórias	5.622,6	10.758,3	5.135,7
<i>Benefícios Previdenciários</i>	3.195,8	5.507,3	2.311,5
<i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	2.426,8	5.251,0	2.824,2
Contingenciamento / Descontingenciamento	15.854,8	15.082,2	(772,6)

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal e Mensagens ao Congresso.

<sup>(1)</sup> Diferenças podem decorrer de arredondamento.

<sup>(2)</sup> Inclui redução da previsão de receitas do INSS.

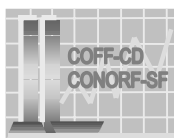
Assim, o Executivo acumulou R\$ 4,2 bilhões, ou 0,2% do PIB, em reserva financeira sem destinação específica. Caso esse montante não venha a ser liberado até o final do exercício, a meta de 2,45% do PIB para o governo central estará garantida, mesmo que o Projeto Piloto venha a ser integralmente executado. Tendo em vista que até o momento não houve desembolso do Piloto, é provável que mais uma vez a meta de superávit prevista na LDO venha a ser excedida.

## V – COMPORTAMENTO DAS RECEITAS

O Poder Executivo passou a admitir, embora cautelosamente, que as receitas em 2005 serão bem mais elevadas do que foi estimado no primeiro decreto de contingenciamento. Como indicou a Tabela anterior, a previsão do último Decreto é de frustração de receitas líquidas de R\$ 5,6 bilhões em relação à lei orçamentária, enquanto o primeiro estimava o hiato em R\$ 10,9 bilhões.

No primeiro quadrimestre o excesso de superávit esteve relacionado, juntamente com a contenção de despesas, ao expressivo desempenho das receitas administradas. Conforme mostra Tabela da página seguinte, tais receitas superaram R\$ 5,8 bilhões o estimado no primeiro Decreto. Em relação ao PIB do quadrimestre, essa receita passou de 17,6% em 2004 para 17,9% em 2005, revelando tendência crescente. Essa tendência elevaria ainda mais carga das receitas administradas que o próprio Relatório já admite atingir 16,33% do PIB.

No projeto de LDO para 2006 está previsto limite para as receitas administradas de 16% do PIB. Caso esse teto valha também na execução, pode-se esperar que a contínua elevação da carga tributária seja finalmente interrompida.



# CONGRESSO NACIONAL

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

## RECEITA LÍQUIDA ADMINISTRADA PELA SRF

Previsão e Arrecadação, Janeiro a Abril de 2004 e 2005 <sup>(1)</sup>

(Em R\$ milhão)

RECEITAS	1º	1º Quadrimestre de 2005			1º	1º
	Quadrimestre de 2004				Quadrimestre de 2004	Quadrimestre de 2005
	Arrecadado	Previsto <sup>(1)</sup>	Arrecadado	Excesso	% do PIB	% do PIB
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	2.660	2.805	2.908	103	0,50	0,48
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	18	17	24	7	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.332	7.492	7.713	221	1,19	1,27
I.P.I. - FUMO	751	803	791	(12)	0,14	0,13
I.P.I. - BEBIDAS	666	709	757	48	0,13	0,12
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	856	1.005	1.067	63	0,16	0,18
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1.524	1.613	1.633	20	0,29	0,27
I.P.I. - OUTROS	2.535	3.362	3.464	102	0,48	0,57
IMPOSTO SOBRE A RENDA	34.003	34.716	38.303	3.587	6,39	6,31
I.R. - PESSOA FÍSICA	2.278	2.543	2.943	400	0,43	0,49
I.R. - PESSOA JURÍDICA	14.000	16.277	17.907	1.630	2,63	2,95
I.R. - RETIDO NA FONTE	17.726	15.896	17.453	1.557	3,33	2,88
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	8.783	9.665	10.460	795	1,65	1,72
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	6.158	3.587	4.031	444	1,16	0,66
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	1.750	1.556	1.762	206	0,33	0,29
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1.035	1.088	1.200	112	0,19	0,20
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.653	1.778	1.879	101	0,31	0,31
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	31	31	33	2	0,01	0,01
CPMF - CONTRIB. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	8.180	8.876	9.238	362	1,54	1,52
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	22.721	27.107	27.471	365	4,27	4,53
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6.141	6.735	6.899	164	1,15	1,14
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	7.281	8.348	9.232	884	1,37	1,52
CIDE - COMBUSTÍVEIS	2.616	2.663	2.525	(138)	0,49	0,42
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	93	107	100	(6)	0,02	0,02
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	861	957	1.005	49	0,16	0,17
RECEITAS DE LOTERIAS	430	428	462	34	0,08	0,08
CIDE-APOIO TECNOLÓGICO	198	220	228	9	0,04	0,04
DEMAIS	233	309	315	6	0,04	0,05
<b>SUBTOTAL (A)</b>	<b>92.588</b>	<b>101.631</b>	<b>107.329</b>	<b>5.699</b>	<b>17,41</b>	<b>17,69</b>
PAGAMENTO UNIFICADO (B)	1.132	918	987	69	0,21	0,16
<b>RECEITA ADMINISTRADA (A)+(B)</b>	<b>93.720</b>	<b>102.549</b>	<b>108.316</b>	<b>5.767</b>	<b>17,62</b>	<b>17,86</b>

Fonte : Banco Central do Brasil (PIB do primeiro quadrimestre), STN/MF, SRF/MF, SOF/MPO Elaboração: Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado.

<sup>(1)</sup> Refere-se à previsão do Poder Executivo no Decreto 5.379/05 (Decreto de Contingenciamento de fevereiro).